ESTADO DO MARANHÃO / ESTADO DO CEARÁ / ESTADO DO PIAUÍ

CONSÓRCIO PÚBLICO DO NORTE DOS ESTADOS DO MARANHÃO, CEARÁ E PIAUÍ.**PROTOCOLO DE INTENÇÕES**

Protocolo de Intenções que entre si firmam os Governadores dos Estados do Maranhão, **Jackson Kepler Lago**, do Ceará, **Cid Ferreira Gomes** e do Piauí, **José Wellington Barroso de Araújo Dias**, com a finalidade de Constituir um Consórcio Público, nos termos da Lei 11.107 de 6 abril de 2005, para a promoção do desenvolvimento integral e sustentável da região compreendida entre os Lençóis Maranhenses, Baixo Parnaíba Maranhense e Piauiense, Litoral do Piauí, Serra da Ibiapaba, Litoral de Camocim e Acaraú e parte do Norte, nos respectivos estados.

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005, que instituiu o Consórcio Público como mecanismo de planejamento e implementação de políticas, programas e projetos de interesse público,

CONSIDERANDO diferentes estudos técnicos que comprovam a enorme potencialidade de desenvolvimento econômico e também social de uma extensa área do litoral e adjacências nas fronteiras do Maranhão, Piauí e Ceará,

CONSIDERANDO as características da área para a formação de uma Mesoregião, nos termos das indicações dos estudos do Ministério da Integração Nacional,

Os Governadores dos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí resolvem firmar o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, segundo os seguintes objetivos e condições:

Clausula Primeira - Da Denominação

O Consórcio Público previsto neste Protocolo de Intenções, criado conforme o previsto na Lei 11.107 de 6 de abril de 2005, será denominado **AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - ADRS**.

Clausula Segunda - Da Finalidade

A Agência a que se refere a Clausula I, tem por objetivo promover o desenvolvimento integral da região compreendida entre os Lençóis Maranhenses, Baixo Parnaíba Maranhense e Piauiense, Litoral do Piauí, Serra da Ibiapaba, Litoral de Camocim e Acaraú e parte do Norte dos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, de forma sustentável e com equidade social, articulando as ações públicas federais, estaduais e municipais, com apoio nas organizações da sociedade civil e na iniciativa privada, com foco no turismo e na cultura, no desenvolvimento rural e nos demais serviços, em especial:

- I) Planejar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico e cultural do território de atuação;
- II) Promover e estimular, em conjunto com as instituições públicas responsáveis, medidas destinadas à recuperação, conservação e preservação do meio ambiente da sua área de atuação;
- III) Promover a integração de ações, programas e projetos desenvolvidos por organismos governamentais, não governamentais e empresas privadas visando ao fomento do turismo, da cultura e do desenvolvimento territorial rural sustentável;
- IV) Promover a revitalização do patrimônio cultural como elemento estratégico para apoiar o processo de desenvolvimento, incluindo todo o processo de valorização da cultura popular na sua área de atuação;
- V) Promover, em todos os níveis, a participação da sociedade civil organizada no planejamento e execução das ações, programas e projetos que forem outorgadas ao Consórcio.

Clausula Terceira - Do Prazo de Duração

A Agência executora terá o prazo de doze anos de atuação, prorrogáveis em mais um terço do tempo, na hipótese de haver consenso entre os estados promotores e as instituições parceiras.

Clausula Quarta - Da Sede do Consórcio

A sede do órgão executor do Consórcio será a cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí, em face da sua localização estratégica na Mesoregião de atuação.

§ 1º - O governo do Estado do Piauí proverá as condições materiais iniciais para a instalação da Sede da Agência em seu território.

§ 2º - Caberá à Assembléia Geral a decisão acerca da alteração da sede do Consórcio.

Clausula Quinta - Da Área de Abrangência e Território de Atuação

A área de abrangência do Consórcio, nos termos do inciso II, do § 1º, do artigo 4º, da Lei 11.107, de 6 de abril de 2005 é constituída pela soma dos territórios dos respectivos estados, sendo área de atuação prioritária, aquele constituído pelas seguintes 9 (nove) microrregiões homogêneas (IBGE):

- I) Estado do Maranhão: Lençóis Maranhenses, Chapadinha e Baixo Parnaíba Maranhense;
- II) Estado do Piauí: Litoral do Piauí, Campo Maior e Baixo Parnaíba Piauiense;
- III) Estado do Ceará: Serra da Ibiapaba, Sobral, Litoral de Camocim e Acaraú.

Clausula Sexta - Da Forma de Constituição Jurídica

O Consórcio Público previsto neste Protocolo de Intenções será constituído na forma de Associação Civil de natureza privada, sem objetivo econômico, nos termos da legislação vigente, sob a denominação de Agência para o Desenvolvimento Sustentável - ADRS.

Clausula Sétima - Da Assembléia Geral

A Assembléia Geral, composta por todos os consorciados, será o órgão máximo de deliberação do Consórcio e as deliberações serão tomadas por consenso entre os consorciados.

§ 1º - A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano ou extraordinariamente por convocação dos seus membros e será composta pelos Governadores dos respectivos estados ou por representante com delegação expressa do titular do Poder Executivo Estadual.

§ 2º - Cabe à Assembléia Geral, dentre outros assuntos, deliberar sobre a elaboração, aprovação e modificação do Estatuto ora criado.

Clausula Oitava - Da Estrutura Organizacional

A operação deste Consórcio Público se dará através da Agência para o Desenvolvimento Regional Sustentável - ADRS, a ser constituída sob a forma de uma Associação Civil sem objetivo econômico, na forma do seu estatuto a ser aprovado pela Assembléia Geral, o qual conterà sua estrutura organizacional, prevendo-se:

- I) Um Conselho de Administração, com representação dos Governos consorciados, sociedade civil organizada e setor privado;
- II) Uma Câmara Técnica para o Desenvolvimento do Turismo;
- III) Uma Câmara Técnica para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Clausula Nona - Critérios para Representação

Os estados participantes deste Consórcio Público autoriza a Agência a representá-los perante outras esferas de governo, nos seguintes assuntos de interesse comum:

- I) Nos casos de promoção do desenvolvimento da região em que a ação da Agência, por sua proximidade e flexibilidade, permita executar, total ou parcialmente, programas e projetos de interesse comum, com maior eficácia e eficiência;
- II) Nos casos de ações delegadas por convenio com instituições federais, na execução de programas e projetos vinculados ao desenvolvimento econômico e social da região de atuação prioritária;
- III) Nos casos de execução total ou parcial de projetos com financiamento de instituições multilaterais de crédito e que seja de interesse individual ou coletivo dos estados participantes e, ainda, de instituições federais responsáveis;
- IV) Nos demais casos previstos no Contrato de Consórcio e seus estatutos.

Clausula Décima - Do Pessoal

Para atender ao disposto no Inciso IX, do Art. 4, da Lei 11.107, de 6 de abril de 2005, a Agência terá seu pessoal regido pela legislação trabalhista, com quantitativo máximo de 30 empregados públicos, admitidos mediante processo de seleção pública, observando-se, necessariamente, o que dispuser o Contrato de Consórcio a ser firmado entre os estados partícipes.